

Resumo de notícias econômicas

15 de Outubro de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 195

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 15 OUTUBRO DE 2021

Estados ameaçam ir ao STF contra mudança no ICMS (15/10/2021)

O Estado de S. Paulo

Revoltados com a aprovação na Câmara do projeto que altera o ICMS cobrado sobre os combustíveis, os Estados buscam uma ação conjunta para barrar a mudança que tem potencial para retirar R\$ 24 bilhões dos cofres dos governadores. Eles já antecipam uma disputa jurídica no STF caso o projeto seja aprovado também no Senado.

Em reunião no Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), os secretários, com o consenso na avaliação de que o projeto é inconstitucional, combinaram pedir ajuda ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Cada secretário vai avaliar a posição de sua bancada para articular apoio. A estratégia em discussão mais provável é congelar o preço de referência para a cobrança do ICMS até o final do ano para ter tempo de aprofundar a discussão no Senado. Hoje, a frequência de atualização do preço é de 15 dias, o que retroalimenta a alta dos preços ao consumidor. “Os secretários convergiram na ação de trabalhar para sensibilizar e persuadir os senadores do equívoco que é o projeto aprovado na Câmara e pedir a não aprovação do mesmo, já que não resolve o problema do preço dos combustíveis”, disse o diretor institucional do Comsefaz, André Horta.

A maioria dos Estados estava inflexível ao congelamento proposto por Maranhão e Minas Gerais, mas o quadro mudou com a pressão colocada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, que numa votação relâmpago conseguiu aprovar o projeto com 392 votos a favor e 71 contrários. Lira comprou a campanha do presidente Jair Bolsonaro de colocar a culpa nos Estados pela alta dos preços. O projeto, porém, é considerado inconstitucional pelos Estados por interferir na sua autonomia de legislar sobre o seu tributo, além de ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que exige medidas compensatórias para renúncias de receitas. Os governos regionais consideram que a

aprovação do projeto foi uma resposta política, e não econômica, que não resolverá o problema dos preços elevados dos combustíveis.

“Com o orçamento das emendas parlamentares, o Congresso fica com poder gigantesco, e não mais interlocução técnica”, criticou o secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro, que na última reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), depois de um clima tenso, pediu vistas à proposta do Maranhão e de Minas Gerais de congelamento do preço de referência.

O secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso, diz que o projeto faz uma distorção em cima da cobrança do ICMS, um imposto com muita judicialização. Ele lembrou que a zeragem do PIS/Cofins pelo governo federal durante alguns meses não impediu a alta dos preços.

Se aprovado pelo Senado, as assembleias legislativas terão que aprovar a regulamentação da medida e mudar os projetos de orçamento dos Estados já enviados, processo que demorará mais de um mês. Como a medida tem apelo popular, essa regulamentação não é considerada um empecilho pelo comando da Câmara.

O presidente do Senado condicionou a “boa vontade” com a mudança na cobrança do ICMS a uma avaliação efetiva do impacto no preço dos combustíveis. “É algo que interfere ali no dia a dia e na previsibilidade do orçamento dos Estados. Vamos considerar essas informações, vamos permitir esse diálogo”, disse Pacheco.

Minas Gerais, o Estado do presidente do Senado, informou que, caso confirmada a mudança, perderá R\$ 3,6 bilhões por ano em arrecadação de ICMS dos combustíveis. A redução também terá impacto direto nos cofres dos 853 municípios mineiros, uma vez que 25% (R\$ 900 milhões) são destinados às prefeituras.

O presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, alertou que o projeto deveria vir acompanhado de estudo do impacto financeiro e orçamentário para atender à LRF. “Vejo como uma medida que vai ser judicializada e que fere o Pacto Federativo e a LRF”, afirmou Spada.

‘Velho Chico’ vira salvação no fornecimento de energia (15/10/2021)

Folha de São Paulo

Parte da energia que vai abastecer o País em outubro e novembro será gerada a partir do Rio São Francisco. Seu maior reservatório, o de Sobradinho, na Bahia, que há cinco anos agonizava com apenas 3% da capacidade de armazenamento, hoje está com 38% do volume total. A geração de energia vai contribuir para compensar a seca nas regiões Sudeste e Centro-oeste. Mesmo castigado pela constante degradação ambiental, por ocupações irregulares de suas margens e por anos sucessivos de seca, o Rio São Francisco sobrevive e, hoje, é um dos principais aliados do País contra a escassez hídrica e no combate ao risco de racionamento de energia.

Neste mês de outubro e em novembro, boa parte da energia que vai alimentar o Brasil e que ajudará a aliviar a situação drástica encarada nos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-oeste, principalmente na Bacia do Rio Paraná, vai sair das águas do Velho Chico. Seu maior reservatório, o de Sobradinho, na Bahia, que cinco anos atrás agonizava com apenas 3% da água que é capaz de armazenar, hoje está com 38% do volume total. Por isso, a ordem agora é fazer uso de boa parte dessa água e ampliar a vazão rio abaixo. No início deste mês, a estatal Chesf, da Eletrobras, acatou a determinação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para abrir as torneiras do São Francisco. Sobradinho, com seus 4,2 mil quilômetros quadrados, é o maior reservatório do Brasil em área alagada. Em volume, pode acumular 28 bilhões de metros cúbicos de água, só ficando atrás da capacidade de Serra da Mesa, na Bacia do Rio Tocantins, que tem uma calha mais profunda e chega a armazenar 43,2 bilhões de m³ de água. Serra da Mesa está com 23% de sua capacidade. O volume de água que passa pela barragem de Sobradinho foi elevado de 1,3 mil m³ por segundo para 1,6 mil m³/s. A tendência é a de que esse volume aumente ao longo de outubro e novembro e chegue a 2,5 mil m³/s, conforme as necessidades determinadas pelo setor elétrico.

A barragem de Sobradinho funciona como uma “caixa d’água” do Rio São Francisco, porque alimenta uma sucessão de hidrelétricas instaladas no curso do rio, como as usinas de Luiz Gonzaga, o complexo de Paulo Afonso e de Xingó, a última em

operação, até que o São Francisco vá bater no meio do mar. Assim como fez com Sobradinho, o ONS determinou o aumento de vazão da hidrelétrica de Xingó no mesmo período. Como a geração de energia é distribuída por um sistema de transmissão interligado em todo o País – com exceção de Roraima –, é possível enviar energia de uma área para outra como forma de tentar equilibrar o abastecimento nacional.

Questionado sobre o assunto, o ONS confirmou que, com a elevação da geração nas usinas da bacia do São Francisco, pretende cumprir as medidas previstas pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), grupo ligado ao Ministério de Minas e Energia que tem avaliado o cenário e as ações em relação à crise hídrica e energética. “Essa medida se torna viável pela condição de armazenamento nesta bacia em relação à situação da bacia do Rio Paraná, declarou o ONS.

Na prática, é a Região Nordeste, portanto, historicamente reconhecida pelas agruras da seca, que tem protagonizado o enfrentamento da pior época sem chuvas dos últimos 91 anos, em especial na bacia do Rio Paraná. “Os recursos energéticos da região Nordeste, no período seco de 2021, têm sido fundamentais até a chegada do período chuvoso”, disse o ONS. Cinco anos atrás, a agonia do São Francisco atingia um nível mínimo inédito, o que exigiu o desligamento de diversas usinas que dependem de suas águas para funcionar. A navegação foi afetada, e houve problemas para o abastecimento humano. A situação de calamidade levou à liberação máxima de apenas 700 metros cúbicos de água por segundo, menos da metade do volume atualmente liberado. Foi a pior situação desde 1979, quando os militares fecharam a barragem no rio para formar o maior lago artificial do Brasil e um dos maiores do mundo.

“No passado, quando a Região Nordeste estava com baixos níveis de armazenamento, o Sistema Interligado Nacional possibilitou socorrer a bacia do rio São Francisco”, declarou o ONS. “Hoje a situação no Nordeste é bem mais favorável, permitindo auxiliar as demais regiões do País.” Além da geração hidrelétrica, o Nordeste tem sido protagonista na geração nacional de energia, com a participação crescente das gerações eólica e fotovoltaica, que têm batido recordes de desempenho.

Startup francesa vira ‘unicórnio’ e aposta no Brasil (15/10/2021)

Broadcast

A startup francesa de recursos humanos Swile, que adquiriu a brasileira Vee Benefícios, é oficialmente um “unicórnio” (empresa de tecnologia avaliada em mais de US\$ 1 bilhão). A marca foi atingida após captação recorde de US\$ 200 milhões, liderada pelo fundo do grupo japonês Softbank voltado a investimentos na América Latina.

O CEO e fundador da companhia, Loïc Soubeyrand, diz que um IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) deve ocorrer em cerca de cinco anos. Até lá, a startup almeja valer dez vezes mais. O próprio Softbank ainda deve fazer mais aportes na sequência pois dispõe de US\$ 3 bilhões para investir na região. A Swile tem 15% do setor de benefícios para funcionários da França, segundo maior mercado desse segmento no mundo – o Brasil, no entanto, é o líder global. “O mercado de benefícios corporativos no Brasil movimenta R\$ 150 bilhões por ano”, diz Marcelo Ramos, diretor da Swile no Brasil. Até 2024, o objetivo é que a América Latina seja o mercado principal da empresa.

A escolha do Softbank como investidor de longo prazo se relaciona com a expertise do banco na região, uma vez que o investimento vem do braço especializado em América Latina da instituição. Fundada em 2018, a Swile é dona de um aplicativo que oferece benefícios diversos, ferramentas de engajamento (como premiações e comemorações), pesquisas de satisfação e feedbacks.

Há ainda o Swile Card, que permite a utilização dos benefícios em uma rede associada. A ideia é centralizar os benefícios dados aos funcionários em uma única plataforma, de maneira flexível. Segundo a startup, todas as funcionalidades serão apresentadas em breve ao mercado brasileiro. Ao todo, já são 500 mil usuários e 15 mil clientes corporativos, entre eles Carrefour, Le Monde, PSG, Airbnb, Spotify, Red Bull, Tiktok, Whirlpool, Amaro, Bayer e Fiat. Por aqui, o aporte deve se traduzir em mais contratações. “Nossa expectativa é ampliar o quadro de profissionais da empresa, totalizando 700 funcionários na América Latina em 2022”, diz Soubeyrand.

Os saques das cadernetas de poupança (15/10/2021)

Broadcast

A precaução está sendo superada pela necessidade. Famílias que vinham depositando parte de suas rendas na poupança passaram a retirar o dinheiro. Em setembro, os saques superaram os depósitos em R\$ 7,719 bilhões, mostrou relatório do Banco Central (BC). Foi o maior saque líquido para o mês de setembro em toda a série do BC, iniciada em 1995. É o segundo mês consecutivo em que o saldo total da poupança diminuiu. No mês passado, os depósitos totalizaram R\$ 282,876 bilhões e os saques, R\$ 290,596 bilhões. Os rendimentos pagos no mês somaram R\$ 3,084 bilhões, de que resultou a redução de R\$ 4,636 bilhões no saldo total no sistema, para R\$ 1,031 trilhão.

Setembro foi o quinto mês do ano a registrar redução no saldo da poupança. As retiradas superaram os depósitos também em janeiro, fevereiro, março e agosto. Assim, no acumulado do ano, o resultado é um saque de R\$ 23,349 bilhões. É uma evolução bem diferente da observada em 2020. No ano duramente marcado pela pandemia, observou-se o que o BC denominou “poupança precaucional”. Temerosas com as consequências da pandemia e das medidas restritivas que ela impôs, as pessoas procuraram se prevenir.

O pagamento do auxílio emergencial para a população de menor renda durante boa parte do ano passado permitiu que muitas famílias poupassem. Era uma forma de se precaver contra dificuldades futuras, em razão da notória deterioração da atividade econômica e do mercado de trabalho. Assim, em 2020, os saldos nas cadernetas de poupança cresceram dez meses seguidos, de março – no início da pandemia – até dezembro. No início de 2021, pressionadas pelas despesas adicionais dessa época do ano (impostos e despesas escolares), muitas famílias ficaram sem a renda adicional proporcionada pelo auxílio emergencial. A retomada do pagamento do benefício, em abril, favoreceu os depósitos da poupança, que voltaram a crescer.

Agora, novos problemas surgem para as famílias de menor renda, as que, historicamente, mais utilizam a poupança como aplicação da renda que deixam de consumir. Para muitas delas, a parcela que conseguiam poupar pode ter se esgotado e, agora, precisam do que pouparam nos meses anteriores para pagar despesas correntes.

Banco Inter vai à Nasdaq, mas Menin continua na B3 (15/10/2021)

REUTERS

O banco Inter pode estar se despedindo da Bolsa brasileira para passar a ser listado apenas na norte-americana Nasdaq, casa das empresas de tecnologia nos Estados Unidos, como consequência de sua reorganização societária. No entanto, o presidente do banco digital, João Vítor Menin, segue ocupando uma cadeira no Conselho de Administração da B3. Menin é “sangue novo” no colegiado da Bolsa, que sempre teve representantes das tradicionais instituições financeiras. O executivo substituiu em junho, José Berenguer, atualmente na presidência do banco da XP, mas que esteve durante anos no Conselho da Bolsa, começando quando ainda era a Bm&fbovespa e enquanto comandava o Jpmorgan no Brasil.

Apesar de passar a ser listado na Nasdaq, o Inter terá suas BDRS na B3. Esses são papéis que representam as ações listadas fora e devem ter, de cara, bastante liquidez. Isso porque uma das opções que será dada aos investidores será a de trocar as ações por BDRS. Fora isso, o Inter, que já bateu na casa de 14 milhões de clientes, é uma importante plataforma de investidores pessoas físicas da Bolsa.

BDRS e mudanças das regras na B3 (15/10/2021)

Broadcast

Depois de as BDRS (Brazilian Depositary Receipts) da XP, papel lastreado na ação da corretora listada na Nasdaq, desbancarem Vale e Petrobras no dia de sua estreia, a B3 estuda se não pode ser o caso de mudar as regras do seu índice carro-chefe, o Ibovespa. Na quinta-feira, dia 7, os BDRS da XP registraram um giro de R\$ 2,7 bilhões – o maior no dia, superando o movimentado por Vale e Petrobras no pregão. No dia seguinte, sexta-feira, mais R\$ 1,1 bilhão foram negociados em BDRS da XP.

Embora o índice tenha como regra primordial exatamente a liquidez dos papéis, os BDRS não podem, pelo regulamento, fazer parte dele. Assim como o BDR da XP, o do

Inter é outro com enorme potencial de liquidez depois que o banco passar a ser listado na Nasdaq.

Negócio da China (15/10/2021)

Broadcast

Prestes a se tornar 100% chinês, aguardando só a aprovação das autoridades de Pequim para a compra do capital remanescente com a família Mariani, o banco Bocom BBM prepara o lançamento de um fundo dedicado ao investimento em títulos soberanos da China. O banco vai dar a largada na aplicação, com um investimento proprietário de R\$ 50 milhões. Segundo o presidente do comitê-executivo do Bocom BBM, Alexandre Lowenkron, o fundo vai comprar papéis denominados em renmimbi, a moeda chinesa. Valem títulos emitidos pelo governo central, os chamados CGB (China Government Bonds), e os de entidades semi-soberanas, especialmente o CDB (China Development Bank), que tenham suporte integral do governo central chinês.

A aplicação será oferecida a investidores qualificados e profissionais que busquem diversificação internacional. Para o Bocom BBM, o comportamento desses ativos na crise deflagrada pela pandemia, que levou a uma corrida para o renmimbi e o fechamento de spreads pagos na remuneração dos papéis soberanos, é uma demonstração do potencial de proteção ao risco oferecido em tal investimento.

Suzano e sustentabilidade ambiental (15/10/2021)

Broadcast

A Suzano passou a integrar o grupo da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD), para força-tarefa sobre divulgações financeiras relacionadas à natureza. O grupo será responsável pela criação de uma estrutura para as organizações relatarem e atuarem na mensuração de riscos relacionados à natureza e seu impacto financeiro. O lançamento dessa estrutura está previsto para o fim de 2023. O primeiro encontro do grupo, formado por 30 executivos de instituições financeiras, empresas e provedores de serviços de mercados, dos principais mercados globais, foi na semana passada. No começo de 2022 uma versão beta será distribuída para ser testada.

O acordo para a redução da TEC (15/10/2021)

Broadcast

Não foi na intensidade que o governo brasileiro desejava nem deverá ter impacto forte. Mas o entendimento a que chegaram os governos do Brasil e da Argentina para a redução de 10% da Tarifa Externa Comum (TEC) aplicada a produtos importados de fora do Mercosul é um passo no sentido de melhorar o relacionamento entre eles. Divergências políticas entre os presidentes Jair Bolsonaro e Alberto Fernández tornaram frio esse relacionamento. Alcançada em reuniões dos ministros das Relações Exteriores dos dois países em Brasília, a redução da TEC se aplicará à “maior parte do universo tarifário, resguardadas as exceções já existentes no bloco”, afirma comunicado divulgado pelas duas partes. O Ministério da Economia informou que a redução será aplicada a cerca de 87% das tarifas do bloco.

A medida só se tornará efetiva, porém, com a aprovação dos demais países do Mercosul (Uruguai e Paraguai). Depois de afirmar que a redução da TEC é “passo importante para aumentar a competitividade” do bloco do Cone Sul, o comunicado diz que os governos do Brasil e da Argentina vão atuar juntos para que os demais sócios aprovelem a medida. O corte da TEC acertado pelos dois principais integrantes do Mercosul é menor do que o defendido pelo governo brasileiro. Com o ministro da Economia, Paulo Guedes, à frente, o Brasil defendia corte mais profundo, de pelo menos 20% da TEC, e sem exceções. O que ficou acertado é considerado o possível diante de resistências da Argentina à redução mais intensa e à universalização do corte.

Em tese, a TEC assegura a condição de união aduaneira ao Mercosul. Igualmente a livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços entre os países do bloco é condição básica de uma união aduaneira. Mas as exceções são tantas que essa condição, a despeito de ser sempre lembrada pelos governos dos países-membros do bloco, está descaracterizada. Embora considerada positiva, por representar um passo na direção de maior inserção do bloco no comércio mundial, a redução da TEC acertada por Brasil e Argentina deixa dúvidas. A expressão “maior parte do universo” da TEC para descrever a extensão da medida é vaga e pode ter interpretações que reduzam seu alcance. E não há indicação de nova redução em 2022, como era o desejo do governo brasileiro.

Chuvas e menor consumo dão alívio a reservatórios (15/10/2021)

O Estado de S. Paulo

As chuvas registradas nos últimos dias, combinadas com as medidas de redução de demanda, deram um alívio aos reservatórios do Sul e Sudeste/centro-oeste e diminuíram o risco de um novo racionamento nos moldes do de 2001. O cenário, no entanto, ainda é preocupante, uma vez que o período úmido só está no início e ainda não se sabe qual a intensidade da hidrologia nos próximos meses, dizem especialistas.

De 1.º de outubro até agora, os reservatórios do Sul – que representam 7% do armazenamento do País – tiveram ganho de 5,78% no volume de água, de 28,35% para 34,13%. No Sudeste/centrooeste, responsável por 70% da capacidade, a recuperação foi menor, mas pelo menos parou de cair. Em 6 de outubro, as usinas da região registraram o menor patamar de água em seus lagos, de 16,49%. No dia 12, estava em 16,82%. “A situação de suprimento ainda é desconfortável, ou seja, não é hora de comemorar o fim da crise hídrica. O cenário só despiorou”, diz o presidente da consultoria PSR, Luiz Augusto Barroso. Segundo ele, a adesão das empresas em relação ao plano de redução voluntária também ajudou na melhora do cenário.

Dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mostram que o programa de redução voluntária de energia elétrica somou 442 megawatts (MW), em setembro, e 600 MW neste mês. Junta-se a isso a antecipação do funcionamento de usinas térmicas e eólicas autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A combinação de todos esses fatores ajudou a diminuir o nível de tensão sobre o sistema momentaneamente. “Hoje, o cenário é outro. O risco diminuiu. Agora, temos de ver se essa trajetória de chuvas vai continuar nas próximas semanas”, diz o professor da UFRJ Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel).

O QUE FAZER CONTRA A INFLAÇÃO (15/10/2021)

Broadcast

A inflação, que atingiu 10,25% no acumulado em 12 meses até setembro, é um dos principais desafios da economia brasileira. Generalizada, a alta de preços deixa a população mais pobre. Mas a avaliação que o governo tem feito é de que se trata de

uma situação inevitável. Em sua mais recente live semanal o presidente Bolsonaro disse que a inflação é um problema global e convocou quem o critica a apresentar soluções. O pedido veio acompanhado da tentativa de relativizar a carestia que o País enfrenta. Munido de uma lista – de alimentos básicos ao papel higiênico –, mostrou que o americano paga mais pela batata, óleo de soja e carne, por exemplo, do que o brasileiro. “Está reclamando que está alto aqui? Lá também está. Essa crise é no mundo todo. Não é só no Brasil”, afirmou, sem deixar de culpar pela disparada da inflação a política do “fique em casa”, adotada por governadores e prefeitos para conter a pandemia.

Em entrevista à CNN nos Estados Unidos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, também afirmou que o problema da inflação é global, e que no Brasil metade da alta dos preços está concentrada em energia e alimentos. Realmente, há um aumento global da inflação, mas a situação é muito pior no Brasil. Enquanto a alta dos preços em 12 meses por aqui passa dos dois dígitos, a média nos 38 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 4,3%.

Foram ouvidos economistas para responder ao pedido de Bolsonaro. Para eles, o governo teve papel fundamental no descontrole dos preços e pode ter também na retomada da normalidade – principalmente tratando as contas públicas com responsabilidade.

BALANÇO (15/10/2021)

Broadcast

Perto de abrir o capital em Nova York, o Nubank anunciou ontem lucro de R\$ 76 milhões no primeiro semestre de 2021, revertendo prejuízo de R\$ 95 milhões de igual período de 2020. Foi o primeiro resultado positivo da fintech, a maior da América Latina, que tinha 41 milhões de clientes em junho. Apesar do resultado, o Nubank não pretende distribuir dividendos a acionistas, mas reinvestir os ganhos no negócio.

O banco digital afirma que conquistou uma média de 40 mil novos clientes por dia na primeira metade do ano, 25% a mais na comparação com o semestre passado. Os cartões movimentaram R\$ 92 bilhões de janeiro a junho, expansão de 105% na mesma comparação.

‘BNDES sente ventos do mercado financeiro’ (15/10/2021)

O Estado de S. Paulo

Presidente da Frente Parlamentar de Energia Renovável da Câmara, Danilo Forte (PSDB-CE) diz que o “BNDES está sentindo os ventos do mercado financeiro” ao se recusar a bancar a renovação do parque de usinas térmicas de carvão mineral no Brasil, como quer Bolsonaro. “No mundo todo, o mercado sinaliza que não vai mais financiar projetos que não pensem com sustentabilidade.” A economia verde tem sido protagonista dos debates sobre o futuro das nações, como mostrou a Assembleia-Geral da ONU e a preparação da COP-26.

Na mesma direção, o Ceará fechou acordo com mais quatro empresas para a implantação de projetos de hidrogênio verde no Estado. Governadores consultarão nos próximos dias suas Assembleias Legislativas para formalizar o consórcio Brasil Verde.

Na Câmara, Forte apresentará projeto para regulamentar as eólicas offshore, que aproveitam ventos do alto-mar, no País. “O Brasil não pode retroagir, precisa apostar na energia limpa.”

O acordo mundial sobre impostos na era digital (15/10/2021)

O Estado de S. Paulo

O acordo a que chegaram 136 países para a criação de um imposto mínimo global de 15% para empresas multinacionais é o ponto alto de um processo de negociações que durou vários anos sob a condução da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), teve o apoio do grupo das sete maiores (G-7) e das 20 maiores (G-20) economias do mundo, é considerado a maior reforma do sistema internacional de impostos em mais de um século e proporcionará arrecadação tributária adicional estimada em US\$ 150 bilhões por ano.

Trata-se de um fato histórico, disse a OCDE, e, quando implementado – boa parte de suas regras depende de aprovação legislativa de cada país signatário –, “tornará

nossos acordos fiscais internacionais mais justos e mais funcionais”, segundo o secretário-geral da Organização, Mathias Cormann.

É uma vitória do multilateralismo, disse ainda Cormann, pois o acordo pretende assegurar um sistema mais eficaz e equilibrado, adequado à economia mundial e digitalizada. O acordo cria um imposto corporativo de natureza mundial com alíquota efetiva mínima de 15%.

Novas regras tributárias forçarão as grandes corporações a declarar lucros com mais clareza e a pagar mais impostos nos países onde atuam. Haverá também regras para limitar a evasão fiscal nas operações interfronteiras e para evitar a competição entre os países. Ou seja, a guerra fiscal entre nações será desestimulada.

Dificuldades marcaram as negociações e, até seu término, alguns países relutaram em aceitar os termos finais do acordo. Conseguiu-se, afinal, chegar a um entendimento sobre a divisão da tributação dos lucros das multinacionais. As empresas com faturamento superior a US\$ 20 bilhões deverão alocar 25% de seus lucros e uma margem de 10% nos países em que atuam, com base nas vendas.

Estruturalmente, o acordo tem dois pilares. O primeiro garantirá uma distribuição mais justa entre os países dos benefícios de imposição de tributação sobre as empresas maiores e mais rentáveis. O segundo pilar cria o imposto mínimo global de 15% sobre empresas cujo faturamento anual supere US\$ 750 milhões. Está em negociação uma convenção multilateral, prevista para 2022 e com aplicação em 2023, sobre boa parte das medidas constantes do acordo fechado há dias.

Assaí paga R\$ 5,2 bi por 71 hipermercados Extra (15/10/2021)

Broadcast

O Assaí vai comprar as lojas da bandeira Extra, que pertence ao Grupo Pão de Açúcar (GPA). O acordo prevê a conversão de 71 unidades da bandeira de hipermercados no formato de atacarejo. O GPA vai receber R\$ 5,2 bilhões na operação. A bandeira Extra será descontinuada, representando a saída do GPA desse segmento.

A transação é uma espécie de ação entre amigos, já que tanto o Assaí quanto o GPA são controlados pelo gigante francês Casino. Porém, por ser muito mais lucrativa

do que o restante do grupo, a operação do atacarejo foi desmembrada do GPA, ao qual pertencia. Isso ocorreu justamente para evitar que o Assaí fosse “contaminado” pelas operações pouco lucrativas do conglomerado – sendo a do hipermercado Extra uma das mais desafiadoras. Com a emergência do atacarejo – segmento que tem como líder o Atacadão, que pertence ao Carrefour Brasil –, analistas de varejo têm há alguns anos apontado que o formato de hipermercado perdeu ímpeto. O próprio presidente do GPA, Jorge Faiçal, afirmou ontem que o “atacarejo tem se transformado no novo hipermercado do brasileiro”. Em 2018, o Walmart – consagrado no exterior por suas grandes lojas – deixou o País diante de resultados ruins com seus hipermercados.

Em comunicado, Faiçal disse que a transação representa uma oportunidade de intensificar o foco dos negócios do conglomerado nos segmentos premium, com as bandeiras Pão de Açúcar, Minuto e Mercado Extra. Já Belmiro Gomes, do Assaí, argumentou que a operação irá acelerar a expansão do formato de atacarejo. Segundo ele, as bandeiras têm hoje baixa sobreposição de lojas.

O Assaí vai ganhar cerca de 450 mil metros quadrados de área de vendas que estão localizadas em capitais ou regiões metropolitanas. A expectativa é de que as lojas, que têm hoje cerca de R\$ 8,9 bilhões de faturamento anual, passem a R\$ 25 bilhões depois da conversão para Assaí. Com a compra e a expansão orgânica, Gomes espera chegar a R\$ 100 bilhões de faturamento no fim de 2024.

A localização das lojas é um ponto alto, disse Gomes. “Embora o mercado de atacarejo tenha avançado nos últimos anos, o mercado imobiliário estava aquecido. A maior parte das lojas de ‘cash & carry’ (atacarejos) não está em regiões centrais pela falta de disponibilidade de terrenos grandes”, diz. Outra vantagem de comprar os ativos do mesmo controlador é que a transação não passa pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). As lojas devem passar ao Assaí em janeiro de 2022.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA -FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.